

CLAÚDIA DE MORAES FÉLIX DA SILVA

**FRACASSO ESCOLAR: A ESCOLA COMO
REPRODUTORA DO "STATUS QUO"**

Rio de Janeiro
2002

CLAÚDIA DE MORAES FÉLIX DA SILVA

Fracasso escolar: A escola como reprodutora do "Status quo"

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
DISCIPLINA MONOGRAFIA

Reitor: Professor Pietro Novelino

Decano: Professora Maria José Mesquita Cavalleiro de Macedo Wehling

Diretor: Professora Dayse Martins Hora

Chefe de Departamento: Professora Mônica Cerbella Freire Mandarino

Professora: Professora Sueli Barbosa Thomas

Fracasso escolar: A escola como reprodutora do "Status quo"

CLAÚDIA DE MORAES FÉLIX DA SILVA

Monografia apresentada à escola de
Educação da Universidade do Rio de
Janeiro para a obtenção do grau de
licenciatura em Pedagogia.

PROFESSORA ORIENTADORA: ANGELA MARIA SOUZA MARTINS

RIO DE JANEIRO
2002

Dedico este trabalho a minha amada avó (*in memória*)

Agradeço a Deus por ter me dado forças até ao final, pois foram muitos os obstáculos, muitos foram os momentos difíceis, de luta de desânimo, mas enfim venci. Não poderia também deixar de agradecer a minha professora orientadora Angela Maria Souza Martins. Uma pessoa maravilhosa que se não fosse a sua ajuda, teria sido difícil concluir meu trabalho.

RESUMO

Este trabalho faz uma reflexão sobre o sucesso e o fracasso escolar, tomando como eixo fundamental de análise a instituição escola e não o aluno. Analisa os bastidores da instituição escola, mostrando os fatores que contribuem para o fracasso escolar. Reflete sobre o papel do professor na formação/reconstrução do cidadão na perspectiva de uma pedagogia emancipatória. No primeiro capítulo é feita uma abordagem mostrando como a escola contribui para o fracasso do aluno e quais seus mecanismos de exclusão; o segundo capítulo aborda a qualidade do ensino e a formação dos professores, contribuindo, também, para o fracasso; o terceiro capítulo mostra como superar o fracasso escolar através da relação dialógica em sala de aula, concluindo-se que a nova concepção de escola, baseada na pedagogia emancipatória, pode ajudar a superar o problema da evasão e conseqüentemente do fracasso escolar.

SUMÁRIO:

Introdução	09
1- A Escola: Libertadora ou mantenedora?	11
1.1- A escola e seus mecanismos de exclusão	14
2- Qualidade do ensino e formação dos professores	17
2.1 – Professores em questão	19
3- Superando o fracasso escolar	22
3.1- A relação dialógica em sala de aula	26
Considerações finais	30
Referência bibliográfica	32

INTRODUÇÃO

Segundo Saviani, 1997, de acordo com estimativas relativas à década de 70, cerca de 50% dos alunos do ensino fundamental se evadiram da escola em condições de semianalfabetismo ou analfabetismo potencial, sem considerar o contingente de crianças em idade escolar, que não tinha acesso à escola, estando a priori marginalizados dela.

O quadro hoje trinta anos mais tarde, não é diferente. Ainda tem crianças que ao final do ensino fundamental, mal sabem ler e escrever e há as que sequer sabem ler.

A marginalidade, a pobreza e a miséria afetam diretamente os setores populares, os trabalhadores, a infância e a adolescência de nossas escolas. Vivemos numa sociedade de desigualdade, exclusão e marginalização. Esse quadro não é novo, como também não é novidade falar em fracasso escolar.

De acordo com Moll, 1997, a própria escola usa um mecanismo de exclusão. Acredita-se que o fracasso escolar pode estar relacionado com a realidade social do aluno, do meio em que ele vive.

O fracasso escolar não pode continuar sendo entendido como um problema individual do aluno, como uma patologia, pois não há que se fazer uma medicalização do fracasso escolar, ou seja, usar argumentos patologizantes para justificar o fracasso escolar.

Com isso, muitas vezes, a criança se evade da instituição escolar contribuindo, assim, para a permanência dos índices de evasão, analfabetismo e conseqüentemente para o fracasso escolar.

Segundo Moll, 1997, existe hoje uma cultura do fracasso, que legitima práticas, rotula os alunos, trabalha com preconceitos de raça, classe social e que exclui, porque a reprovação faz parte da prática ensinar-avaliar.

Portanto, diante de tais problemas, essa pesquisa pretende investigar, através de pesquisa bibliográfica, o que vem ocorrendo nas escolas, especificamente no ensino fundamental, de modo a contribuir para o fracasso escolar de grande parte de seus alunos. Pergunta-se: qual seria o papel do professor na formação/reconstrução do cidadão? Busca-se analisar as possíveis causas do fracasso escolar e sua interferência no sistema educacional.

No presente trabalho monográfico a metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica, ou seja, investiga-se o problema a partir do referencial teórico existente em documentos e publicações. Segundo Cervo, ela é a pesquisa por excelência na área de ciências humanas: além de pesquisa original é também utilizada como pesquisa resumo para os iniciantes.

1 - A ESCOLA: LIBERTADORA OU MANTENEDORA?

Segundo Charlot, 1979, no conjunto da sociedade, manifestam-se atitudes e práticas que servem aos interesses da classe social dominante. Nesse conjunto, aparece a questão educacional, especificamente o que ocorre dentro da escola, lugar onde o indivíduo de nossa sociedade recebe grande parte de sua educação. A partir daí poderíamos dizer que a escola é um aparelho ideológico do Estado? Sendo assim, ela liberta ou aliena?

Podemos perceber que há um paradoxo nestas questões, quais sejam: ao mesmo tempo que a escola não cumpre uma série de requisitos necessários a uma sociedade moderna, ela tem a capacidade de reproduzir os interesses de uma sociedade desigual, injusta, preconceituosa e excludente. O paradoxo se cumpre porque a escola é ao mesmo tempo inadaptada ao meio social, na medida em que reflete apenas aproximadamente a vida e a evolução tecnológica e bem adaptada à sociedade, uma vez que está a serviço da classe dominante.

A escola frequentemente transmite um conhecimento que não leva em conta a rápida evolução do mundo moderno, onde a alta tecnologia ganha cada vez mais espaço na sociedade. Do ponto de vista sócio-político, a escola visa a formação de uma elite.

Assim, ela permanece conservadora, reproduzindo os interesses das classes dominantes.

"... a escola, fundamentalmente conservadora, assegura a transmissão de uma cultura que deixou de tornar inteligível o mundo em que vivemos e que desconhece as formas culturais novas que tomam cada vez mais lugar em nossa sociedade. A escola fechada em si mesma, rotineira, prisioneira de tradições ultrapassadas, vê-se assim acusada de ser inadaptada à sociedade atual."
(CHARLOT, 1979, p. 151).

Ou seja, ao mesmo tempo que está inadaptada à sociedade moderna, encontra-se subordinada ideologicamente aos interesses econômicos e sociais da classe dominante, difundindo sua ideologia.

Para Charlot, 1979, a escola desempenha seu papel ideológico porque elabora um sistema de idéias escolares que se colocam como autônomas, justifica a realidade social pelo sistema escolar.

Para o autor, pode-se a priori, sustentar que:

1- a inadaptação da escola à sociedade permite educar a criança, dissimulando as injustiças sociais;

2- essa inadaptação protege a criança contra a injustiça social e os modelos sociais dominantes;

3- a inadaptação da escola à sociedade favorece a transmissão da ideologia dominante.

Tanto a adaptação, quanto a inadaptação da escola à sociedade favorecem a transmissão da ideologia dominante. Por isso o papel do professor é fundamental, é preciso saber qual é o seu compromisso como educador e político e o seu grau de consciência para atuar na ação pedagógica.

"A escola deve ser adaptada à realidade: ora, realidade é hierarquia, a autoridade, a regra. Recusá-las é, portanto, transformar a criança numa inadaptada social". (CHARLOT, 1979, p. 152).

Isso leva a crer que a :

"A escola não é nem um duplo da sociedade, nem um meio totalmente autônomo: é uma instituição social, e, enquanto tal, depende da sociedade; mas é também uma instituição especializada, que se dá finalidades culturais, e que, enquanto tal, reinterpreta sua união social em termos culturais que lhe permitem reivindicar uma autonomia com relação à sociedade". (CHARLOT p. 152-3).

Portanto, podemos dizer que a escola tem um papel ideológico, ela camufla a realidade social, elabora um sistema escolar, que parece autônomo e justifica a realidade social pelo sistema escolar.

Para Moll, 1997, é necessário aprofundar e compreender as formas sutis em que a cultura se materializa na instituição escolar e impregna todas as suas práticas. As crianças das camadas populares são colocadas em classes especiais; os conteúdos escolares que recebem

são mínimos; o currículo é adaptado às suas "condições", ou seja, partem do pressuposto que elas não precisam de erudição.

Atualmente, nas escolas do Rio de Janeiro não há mais reprovação, a aprovação é garantida nas escolas da rede pública, mas a cultura escolar continua seletiva e hierarquizadora.

"A proposta de educação básica ou de formação de todas as capacidades do ser humano, cognitiva, volitiva, artística, tecnológica, presente nos ilustrados e no classicismo pedagógico, vai ficando distante. As disciplinas escolares, que passam a ser a espinha dorsal da educação escolar, vão sendo reduzidas a uma simples rubrica para classificar materiais de ensino, à margem de qualquer referência à formação total, nem sequer à formação intelectual. Inclusive, sem referência ao saber socialmente produzido e acumulado a ser socializado a todo cidadão." (MOLL, 1997, p. 20)

Isso quer dizer que as disciplinas são fragmentadas. Os conteúdos são concebidos independente da realidade sociocultural estranha à escola.

Os conteúdos mostram-se estáticos; a fragmentação não permite a interdisciplinaridade. Os conteúdos obedecem uma organização e economia próprias, uma lógica e exigências que se justificam por si mesmas tendo pouca relação com o direito à formação básica do cidadão comum.

Portanto, cada conteúdo se justifica na lógica interna de cada disciplina.

"O sistema escolar produziu e continua produzindo suas disciplinas, sua seriação, suas grades; e se limita a ensinar suas próprias produções e aprovar ou reprovar com base em critérios de precedência que ele mesmo definiu como mínimos para transitar no seu próprio curso, percurso-escolar". (MOLL, 1997, p. 21)

Segundo MOLL, 1997; o conteúdo escolar não se mostra preocupado com a formação do cidadão. Neste sentido, poderíamos dizer que o sucesso ou fracasso escolar são produzidos deliberadamente pelo próprio sistema de ensino.

1.1- A ESCOLA E SEUS MECANISMOS DE EXCLUSÃO

Tendo por referência Jaqueline Moll, 1997, podemos afirmar neste estudo que existe no sistema escolar público uma cultura de exclusão. Cultura essa que não ocorre só nas escolas, não é praticada apenas pelos professores, mas pelas instituições sociais brasileiras, geradas e mantidas, ao longo do tempo, para reforçar uma sociedade excludente e desigual.

A política de exclusão está presente em todas as instituições sociais, inclusive aquelas que têm em sua essência a democratização de direitos constitucionalmente garantidos como saúde e a educação.

Apesar de ser legítimo o direito à educação básica universal, a escola ainda hoje, século XXI, não se encontra estruturada para garantir esse direito a todos; ela continua seletiva e excludente. Sua estrutura se isola entre quatro paredes, preocupando-se apenas com o domínio dos conteúdos depositados em seus alunos.

A cultura da exclusão se materializa na organização e na estrutura do sistema escolar e foi se materializando, ao longo de décadas, na escola e no processo de ensino, no próprio sistema.

A análise do fracasso escolar deve ser percebida para além dos diagnósticos tradicionais reducionistas que o identifica como incapacidade do aluno ou deficiência do método, isolando a estrutura e o funcionamento do próprio sistema educacional. Este sistema é burocrático e segmentado.

Esses aspectos da escola são as possíveis causas do fracasso escolar. A escola usa um mecanismo sutil de exclusão com os alunos mais pobres. É a cultura do estigma que se materializa na prática escolar. Por exemplo, os alunos mais pobres são colocados em condições de ensino menos exigentes, são separados dos grupos "mais capacitados"; os conteúdos são reduzidos ao mínimo. Hoje, esse mecanismo é freqüente: o aluno não repete mais a mesma série, mesmo que ele não tenha aprendido, ele avança à série posterior, até que chegue no último ciclo semi-analfabetizado ou analfabeto. Então o mais provável é que esse aluno aumente o índice de fracasso escolar e da evasão. Ou seja, eliminar a reprovação é uma forma de manter a cultura escolar seletiva, hierarquizadora e seriada. Esse sistema de ciclos camufla a cultura do fracasso e da exclusão.

O direito de todo cidadão a educação e a cultura é negado pela própria estrutura do sistema escolar.

A entidade escolar se coloca numa postura independente de qualquer realidade sociocultural fora da escola. Os conteúdos obedecem a uma organização própria, a uma lógica e a exigências que se justificam por si mesmas. Os conteúdos de cada disciplina têm pouca relação com o direito à formação básica do cidadão comum.

"O sistema escolar produziu e continua produzindo suas disciplinas, sua seriação, suas grades; e se limita a ensinar suas próprias produções e aprovar ou reprovar com base em critérios de precedência que ele mesmo definiu como mínimos para transitar no seu próprio curso, percurso-escolar".

(Arroyo, 1997, p. 21)

Ou seja, na maioria das vezes a escola se fecha para a realidade social, cultural econômica e tecnológica porque parece que melhor lhe convém se limitar as suas próprias produções.

"...esses saberes miúdos não dominados, e que justificam a exclusão-reprovação, não passam de uma criação histórica da própria escola pela e para a escola, por e para cada recorte disciplinar". (Arroyo, 1997, p. 21).

A escola deve perder as conotações excessivamente adestradoras para ser um espaço mais humano, de formação pluridimensional e de vivências mais plenas.

Para Moll, 1997, a organização escolar, partindo de uma visão mecânica, valoriza a abordagem processo-produto. O sucesso escolar (produto) estaria vinculado aos materiais e aos recursos utilizados: alunos, suas aptidões, suas deficiências, e os recursos didáticos, os conteúdos, as competências dos professores, a eficiência das técnicas. Se os materiais e os recursos forem de boa qualidade, tem-se o sucesso escolar. Do contrário, o fracasso.

No entanto, escola é uma instituição sociocultural. Está organizada e pautada por valores, concepções e expectativas. A escola não é isolada das relações sociais. Os alunos, os mestres, os diretores, os pais e as comunidades não são meros recursos e materiais, são sujeitos históricos e culturais. A escola tem uma dinâmica cultural que interage com processos

socioculturais, por isso esta instituição não pode ignorar a realidade social em seu processo educativo.

Segundo Moll, 1997, essa realidade econômica e social é o fator que leva a uma constante reprodução da cultura da segregação e da exclusão presentes no fracasso escolar. Quanto mais difíceis são as condições sociais dos setores populares, mais a escola se torna seletiva fazendo com que os alunos sintam mais dificuldade para acompanhar o processo educativo. A escola não foi estruturada para permitir uma experiência educativa e cultural para a infância pobre.

Para esta autora, existem alguns pontos na nossa cultura escolar, que condicionam o fracasso-sucesso das camadas populares. Por exemplo, há o pressuposto de que os alunos das camadas populares não serão capazes de acompanhar o ritmo "normal" de aprendizagem, pois chegam a escola defasados, com baixo capital cultural, sem habilidades mínimas, sem interesse, ou seja, em quadro reprovável. Pesquisas já têm mostrado que a cultura escolar os estigmatiza e os rotula como diferentes, incapazes, inferiores, menos-dotados para o domínio de habilidades elementares de leitura, escrita e cálculo.

Ou seja, partindo do pressuposto que os alunos das camadas populares já chegam à escola com poucas perspectivas, "reprováveis", seria uma perda de tempo investir nesses alunos, oferecendo a eles o mínimo, já que segundo Moll, o fracasso escolar se alimenta da própria condição dos setores populares, até mesmo dos preconceitos em relação ao papel social previsto para essa clientela: para ser faxineiro, pedreiro, basta que se saiba ler e escrever. Esses preconceitos e estigmas acabam sendo interiorizados pelos alunos que os incorporam em sua auto-imagem e no seu rendimento.

2- QUALIDADE DE ENSINO E FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

As constantes mudanças em nossa sociedade devido aos avanços tecnológicos e científicos, à globalização e suas conseqüências na educação, trazem novas exigências à formação dos professores.

Este processo de globalização, ao mesmo tempo que traz benefícios à humanidade pelo crescente avanço tecnológico e científico é, também fator de ampliação da exclusão social, aumentando as possibilidades e perspectivas de poucos e reduzindo para grande maioria da população. Há uma intensificação da busca de conhecimentos e informação, enquanto que a maioria da população é desprovida desses mesmos conhecimentos devido a má qualidade do ensino. Em face dessa realidade social, faz-se necessária uma reavaliação das relações entre escola e sociedade, entre informação e conhecimento, entre as fontes de informação providas pelos meios de comunicação e o trabalho escolar realizado pelo professor.

Segundo Libâneo, 1998, as propostas de educação vinculadas aos interesses do capitalismo mundial têm sido criticadas. Seguindo a visão emancipatória de educação, esse autor aponta como crucial a formulação de um projeto pedagógico que se posicione em relação às obrigações sociais do Estado, à organização do sistema nacional de ensino e aos temas recorrentes no campo educacional: avaliação institucional, profissionalização de professores e processo de ensino e aprendizagem. Para que isso ocorra, é necessário um grande investimento na educação básica para todos e na formação de professores.

Libâneo, 1998, afirma que os educadores de esquerda criticam a concepção de educação no paradigma neoliberal de economia e o movimento da qualidade total em educação. Porém, poucos professores têm se dedicado a investigar e estudar uma proposta de qualidade de ensino emancipatória em face do contexto histórico-social contemporâneo. As transformações em curso implicam mudanças no perfil da educação, das escolas e no seu papel na formação geral, na formação do cidadão crítico.

A escola, como instituição, precisa ampliar seus intercâmbios com a comunidade, com a cidade, com as empresas e outras instâncias profissionais. A escola, como instituição de ensino, não pode se igualar a outras instituições educativas como família, mídias, organizações culturais; ela deve ter sua identidade.

"A escola de hoje precisa propor respostas educativas e metodológicas em relação a novas exigências de formação postas pelas realidades contemporâneas como a capacitação tecnológica, a superinformação, o relativismo ético, a consciência ecológica." (Libâneo, 1998, p.80)

Ou seja, a escola não pode ter um conteúdo programático isolado do atual contexto histórico-social. Ela está inserida na sociedade e vice-versa. Portanto, a formação de professores supõe reavaliar objetivos, conteúdos, métodos, formas de organização do ensino, diante da realidade em constante transformação. Libâneo sugere novas orientações pedagógico-curriculares de cunho emancipatório, que citamos a seguir:

- Um papel ativo dos sujeitos na aprendizagem escolar, professores e alunos cúmplices perante os objetos de conhecimento mediante o diálogo;
- construção de conceitos articulados com as representações dos alunos;
- aprendizagem do pensar criticamente, envolvendo o desenvolvimento de competências cognitivas do aprender a aprender e instrumentos conceituais para interpretar a realidade e intervir nela;
- introdução de práticas interdisciplinares;
- valorização do vínculo entre o conhecimento científico e sua funcionalidade na prática;
- integração da cultura escolar com as outras culturas que perpassam a escola;
- reconhecimento da diferença e da diversidade cultural;
- explicitação de valores e atitudes por meio de currículo.

Com relação ao ensino do aprender a aprender, isso implica no pensar que leva à reflexão.

"Um dos grandes desafios que se põe ao desenvolvimento do currículo(...) é o de contemplar experiências de aprendizagem que permitam construir estratégias que ajudem o aluno a utilizar de forma consciente, produtiva e racional o seu potencial de pensamento e que permitam torná-lo consciente das estratégias de aprendizagem a que recorre para construir (reconstruir) os seus conceitos, atitudes e valores." (Santos, apud Libâneo, 1998, p. 82).

Ou seja, Santos diz que precisa haver uma reformulação no currículo que faça com os alunos desenvolvam competências cognitivas e aprendam a refletir, a pensar criticamente.

As experiências de aprendizagem possibilitam mais qualidade cognitiva no processo de construção e reconstrução de conceitos, procedimentos e valores.

2.1 - PROFESSORES EM QUESTÃO

Para alcançar uma melhor qualidade educativa da população é preciso rever a questão dos professores em pelo menos dois planos mais relevantes: valorização profissional e competência técnica. O problema é de qualidade formal e política.

Para Demo, 1998, em termos de qualidade formal, o professor de educação básica não detém formação adequada. Não existe um sistema conveniente de atualização constante.

Em qualidade política, Demo diz que se educação básica é instrumentação fundamental da cidadania, o professor não poderia ser agente dela, sem ser, ele mesmo, cidadão. Cidadania inclui valorização profissional, principalmente em termos de remuneração.

É importante também, como meta para a qualidade do professor, a capacidade deste de elaborar projeto pedagógico próprio. Para isso, é necessário competência formal e política.

Para Pedro Demo, o desafio da qualidade torna-se decisivo quando se considera que o aluno é figura carente em todos os sentidos. Pobre materialmente, indigente culturalmente, tem dificuldades de aproveitamento escolar, que só poderiam ser bem manejadas por profissionais muito bem preparados. Em parte, tais dificuldades não podem ser tratadas adequadamente no espaço escolar devido à pobreza material, mas em parte é problema específico da pobreza política, pois nenhum aluno poderia ter seu aproveitamento prejudicado pela incompetência do professor.

Os instrumentos didáticos, importantes em si, dependem da capacidade do professor, inclusive dos espaços físicos dos estabelecimentos e do material escolar. O professor é o único livro didático insubstituível. Deve ser a imagem viva do "aprender a aprender".

"Na verdade se não for capaz de elaborar um projeto pedagógico próprio, nunca foi educador. não tem condições de ser, representa o contrário especificamente." (Silva, apud Demo, 1998, p. 89)

A essência da formação básica é aprender a aprender, saber pensar, informar-se e refazer todo dia a informação, questionar. Nessa linha de pensamento, a educação básica será o primeiro patamar para a educação do sujeito cidadão, participativo e produtivo.

Com isto, fica claro que a profissão professor não é algo fácil e sim uma profissão muito estratégica que deve receber atenção devida, em termos de remuneração e formação.

Mas o professor também deve ser avaliado, não só o aluno. Neste processo de avaliação deve participar a comunidade interessada na escola, tendo pelo menos a chance de afastar o mal profissional. É preciso associar, definitivamente o prestígio profissional com a exigência da competência.

Com relação às práticas de formação de professores, a tendência recente é a que concebe o ensino como atividade reflexiva. Esse conceito envolve não apenas a formação de professores, mas também o currículo, o ensino, a metodologia. O professor deve desenvolver a capacidade reflexiva sobre sua própria prática, fazendo com que ele reflita sobre seu trabalho.

Porém, para que o professor trabalhe numa abordagem socioconstrutivista, e que planeje e promova na sala de aula situações em que o aluno estruture suas idéias, analise seus próprios processos de pensamento, é necessário que seu processo de formação fundamente-se na reflexão.

"É preciso associar o movimento do ensino do pensar ao processo da reflexão dialética de cunho crítico, a crítica como forma lógico-epistemológica. Pensar é mais do que explicar, e para isso as escolas e as instituições formadoras de professores precisam formar sujeitos pensantes, capazes de um pensar epistêmico, ou seja, sujeitos que desenvolvam capacidades básicas do pensamento, elementos conceituais, que lhe permitam, mais do que saber coisas, mais do que receber uma informação, colocar-se ante a realidade, apropriar-se do momento histórico para pensar historicamente essa realidade e reagir a

ela."(Lemelman, Libâneo, 1994). Em suma, refletir sobre a realidade, para intervir nela.

Para Libâneo,1998, repensar a formação inicial e continuada de professores implica em:

- busca de respostas aos desafios decorrentes das novas relações entre sociedade e educação, a partir de um referencial crítico de qualidade de ensino. Isto supõe levar em conta os novos paradigmas da produção e do conhecimento, subordinando-os a uma concepção emancipadora de qualidade de ensino;
- uma concepção de formação de professor crítico-reflexivo, dentro do entendimento de que a prática é a referência da teoria, a teoria um nutriente de uma prática de melhor qualidade;
- Utilização da investigação-ação como uma das abordagens metodológicas orientadoras da pesquisa;
- Adoção da perspectiva sociointeracionista do processo de ensino e aprendizagem;
- Competências e habilidades profissionais em novas condições e modalidades de trabalho, indo além de suas responsabilidades de sala de aula, como membro de uma equipe que trabalha conjuntamente, discutindo no grupo suas concepções, práticas e experiências, tendo como elemento norteador o projeto pedagógico.

3 – SUPERANDO O FRACASSO ESCOLAR

Após todas essas questões expostas anteriormente em torno do fracasso ou sucesso escolar e a situação do professorado, nos perguntamos: Qual o caminho para se tentar reverter essa situação?

Primeiramente essa mudança deve ocorrer na instituição escolar. Como bem diz Libâneo, 1998, a escola precisa ser repensada. É preciso saber que a escola não detém sozinha o monopólio do saber. A educação acontece em muitos lugares, através de várias agências. Além da família, a educação ocorre nos meios de comunicação, nas empresas, clubes, sindicatos, na rua.

Diante dessa realidade a escola precisa deixar de ser meramente uma agência transmissora de informação e transformar-se num lugar de análises críticas e produção da informação, onde o conhecimento possibilita atribuir significado à informação. A escola deve orientar os alunos a aprender buscar informações no livro didático, na televisão, no rádio, nos jornais, nos vídeos, computador, e os elementos cognitivos para analisá-la criticamente e darem a ela um significado pessoal. Para isso a escola tem de prover a formação cultural básica, assentada no desenvolvimento de capacidades cognitivas e operativas. A escola precisa capacitar os alunos a selecionar informações mas, principalmente, a internalizar instrumentos cognitivos (saber pensar de modo reflexivo) para aceder ao conhecimento. Assim, a escola estará fazendo uma síntese entre a cultura formal e a cultura experienciada.

Nesta perspectiva de escola o professor tem papel indispensável. Sua presença é importante para a criação das condições cognitivas e afetivas que ajudarão o aluno a atribuir significados às mensagens e informações recebidas das mídias, das multimídias e formas variadas de intervenção educativa urbana.

O segundo aspecto seria rever o papel do professor na formação/reconstrução do cidadão. Libâneo, 1998, destaca alguns pontos que sinalizam um posicionamento dos professores diante da realidade do mundo contemporâneo.

a) Assumir o ensino como mediação: aprendizagem ativa do aluno com a ajuda pedagógica do professor.

O ensino como mera transmissão de informações e a aprendizagem como acumulação de conhecimentos não podem mais subsistir. O professor deve ser o mediador entre o aluno e a matéria, considerando os conhecimentos, a experiência e os significados que os alunos trazem à sala de aula, seu potencial cognitivo, suas capacidades e interesses, seus procedimentos de pensar, seu modo de trabalhar. A partir disso, o professor ajuda no questionamento dessas experiências e significados, provê condições e meios cognitivos para sua modificação por parte dos alunos e orientá-los, intencionalmente, para objetivos educativos. Com isso, o professor estará ajudando no desenvolvimento das competências do pensar, colocando problemas, perguntando, dialogando, ouvindo os alunos, ensinando-os a argumentar, abrindo espaço para expressarem seus pensamentos, sentimentos, desejos, de modo que tragam para aula sua realidade vivida. Essa mediação pedagógica certamente estará contribuindo para o sucesso do aluno.

Portanto, o que está em questão é uma formação que ajude o aluno a transformar-se num sujeito pensante.

"O ensino deve ser entendido (...) como uma ajuda ao processo de aprendizagem. Ajuda necessária, porque sem ela é muito pouco provável que os alunos cheguem a aprender e a aprender de maneira mais significativa possível, os conhecimentos necessários para seu desenvolvimento pessoal e para sua capacidade de compreensão da realidade e de atuação nela. Entretanto, só ajuda, porque o ensino não substitui a atividade mental construtiva do aluno nem ocupa seu lugar." (Onrubia, apud Libâneo, 1998, p. 30).

Ou seja, o professor como mediador deve dispor de práticas de ensino intencionais e sistemáticas para promover o "ensinar a aprender a pensar".

b) Auxiliar os alunos a buscarem uma perspectiva dos conteúdos, a se habituarem a aprender as realidades enfocadas nos conteúdos escolares de forma crítico-reflexiva.

Isto quer dizer que o professor deve ensinar o aluno a pensar criticamente. O ensino é muito mais que acumular conhecimentos, é criar modos e condições de ajudar os alunos a se colocarem ante a realidade para pensá-la e atuar nela. Dessa forma, aprender a aprender é a condição na qual o aluno assume conscientemente a construção do

conhecimento, aprende como fazê-lo e utiliza os conteúdos internalizados (conceitos, habilidades, atitudes, valores) em problemas e necessidades da vida cotidiana. ✓

O pensar crítico é a capacidade de problematizar, ou seja, de aplicar conceitos como forma de apropriação dos objetos de conhecimentos a partir de um enfoque totalizante da realidade.

A apropriação crítica da realidade significa contextualizar um tema de estudo buscando compreender suas ligações com a prática humana.

c) Assumir o trabalho de sala de aula como um processo comunicacional e devolver capacidade comunicativa.

A escola é o local em que as informações recebidas das multimídias e das variadas formas de intervenção educativa são re-ordenadas e sintetizadas, atribuindo-lhes significados, além da responsabilidade de lidar com o conhecimento sistematizado e com a potencialização das capacidades cognitivas e afetivas dos alunos, buscando utilizar linguagens para a busca de informação e para a emissão de informação.

d) Reconhecer o impacto das novas tecnologias da comunicação e informação na sala de aula (televisão, vídeo-games, computador, internet, cd-rom etc.).

"A escola continuará durante muito tempo dependendo da sala de aula, do quadro negro, dos cadernos. Mas, as mudanças tecnológicas terão um impacto cada vez maior na educação escolar e na vida cotidiana". (Libâneo, 1998, p.39-40). ✓

Ou seja, os professores não podem mais ignorar a televisão, o vídeo, o computador que são veículos de informação, de comunicação, de aprendizagem, de lazer, há muito tempo que o professor e o livro didático deixaram de ser as únicas fontes de conhecimento. Professores, pais e alunos precisam aprender a lidar com essa realidade.

"(Os alunos) aprendem em múltiplas e variadas situações. Já chegam à escola sabendo muitas coisas ouvidas no rádio, vistas na televisão, em apelos de outdoors e informes de mercados e shopping centers que visitam desde pequenos. Conhecem relógios digitais, calculadoras eletrônicas, vídeo-games,

discos a laser, gravadores e muitos outros aparelhos que a tecnologia vem colocando à disposição para serem usados na vida cotidiana.

Estes alunos estão acostumados a aprender dos sons, das cores, das imagens fixas das fotografias ou, em movimento, nos filmes e programas televisivos.(...) O mundo desses alunos é polifônico e policrômico. É cheio de cores, imagens e sons, muito distante do espaço quase que exclusivamente monótono, monofônico e monocromático que a escola costuma lhes oferecer".(Kenski, apud Libâneo,1998,p. 40).

A escola tem um papel fundamental, fazer com que os alunos atribuam significados à informação fragmentada, superficial, como por exemplo, da televisão e principalmente ensinar os alunos a estabelecer distâncias críticas com o que é veiculado pelos meios de comunicação.

e) Atender a diversidade cultural e respeitar as diferenças no contexto da escola e da sala de aula.

Isso quer dizer que o professor deve se preocupar em vincular o trabalho de sala de aula com o cotidiano dos alunos e com as diferentes capacidades, motivações, formas de aprendizagem de cada aluno. A diversidade cultural se refere à realidade concreta da diferença entre as pessoas. É levar em consideração as experiências do cotidiano que os alunos têm na condição de brancos, negros, homens, mulheres, homossexuais, trabalhadores, pobres, remediados, sendo assim, não é possível atuar com todos os alunos da mesma maneira, pois as diferenças sociais, culturais, intelectuais causam diferenças na aprendizagem.

Diante disso, cabe ao professor promover, efetivamente, a igualdade de condições e oportunidades de escolarização a todos.

O professor deve reconhecer que os resultados escolares dos alunos dependem da origem social, da situação pessoal e familiar, da relação professor-aluno, tanto quanto ou mais do que a inteligência.

Outro ponto importante é a relação afetiva na cultura escolar. A aprendizagem de conceitos, habilidades e valores envolve sentimentos, emoções, ligadas às relações familiares, escolares e aos outros ambientes em que os alunos vivem. O professor deve conhecer e

compreender motivações, interesses, necessidades de alunos diferentes entre si, capacidade de comunicação com o mundo do outro, sensibilidade para situar a relação docente no contexto físico, social e cultural do aluno. Este precisa ser tratado como sujeito individual, livres e não-alienados.

3-1 – A RELAÇÃO DIALÓGICA EM SALA DE AULA

Como já vimos anteriormente, a escola transmite um conhecimento que é tido, normalmente, como principal parâmetro para o julgamento das capacidades dos alunos. Quando grande números de alunos tem baixo desempenho nas avaliações, são considerados fracos ou submetidos à freqüentes reprovações e a escola acredita que este contingente não consegue aprender o que é ensinado. Diante dessa situação, a escola se sente obrigada a baixar a qualidade e a exigência de seu trabalho. Portanto, é preciso questionar qual o papel do conhecimento que a escola tem por tarefa socializar.

Segundo Lima, (apud Franchi, 1995:132), o conhecimento formal é produto da organização da imensa herança social, implicando categorias mentais e processos do pensamento (análise, síntese, generalização) que só serão atingidos a partir da relação com o próprio conteúdo. O acesso a esse conhecimento leva os sujeitos a um estágio de abstração em que o ser humano liberta-se da experiência direta para refletir sobre ela.

Sendo assim, o conhecimento socializado pela escola teria o papel de ampliar o referencial de análise e de ação dos sujeitos sobre o mundo, se tornando um instrumento de emancipação. Porém, a escola coloca o conhecimento como algo pronto e acabado, de difícil acesso. Além disso, colocando-o como verdade única e absoluta, desvalorizando o conhecimento que o aluno já possui, não levando em consideração sua condição de sujeito cultural, histórico e intelectual.

Ao chegar à escola, o aluno já possui toda uma vivência anterior que lhe dá parâmetros para a interação com o mundo, com base na qual os novos conhecimentos serão aprendidos.

Dessa forma, como bem diz Mello(apud Franchi, 1995:132), a função da escola não é simplesmente a de transmissora de conhecimentos; sua função é de mediadora entre o mundo individual do aluno que se forma com base em suas vivências e o mundo social mais amplo que o engloba. A escola teria, portanto, que auxiliar o aluno a reconhecer-se dentro de

um contexto maior, dando-lhe condições de atuar mais efetivamente para participar do processo de construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Isso quer dizer que a educação deve pautar-se, permanentemente, numa relação de diálogo entre professores e alunos.

Nesta perspectiva, a escola deve superar a visão do saber como produto de consumo. O conteúdo ensinado pela escola deve ser uma ferramenta de construção de uma nova qualidade de ensino, a democratização do ensino que ultrapassa a questão do acesso à escolaridade, chegando à questão do acesso ao conhecimento formal.

Diante disso, a dinâmica de trabalho em sala de aula assume um papel de relevância, já que será através dela que os diferentes diálogos serão viabilizados. Será no dia-a-dia de trabalho em sala de aula que professores e alunos estarão interagindo entre si e com o conhecimento a ser construído, através de uma dinâmica que pode favorecer o estabelecimento de vínculos. Assim, o mais importante não é o conteúdo a ser ensinado, mas sim, a aula como momento de encontro e de diálogo entre os sujeitos e as diferentes formas de conhecimento.

Assim, podemos destacar alguns elementos constitutivos da aula, que podem favorecer a concretização de uma educação dialógica:

A aula como interlocução

O professor deve colocar-se diante da classe como interlocutor dos alunos no processo de construção do conhecimento. Essa postura envolve a compreensão de que a sala de aula compõem um grupo social e que o ensino é um processo social e interativo que se desenvolve entre os elementos desse grupo.

O estabelecimento do diálogo entre professor e aluno diminui a distância entre os protagonistas do processo ensino-aprendizagem. Conseqüentemente o relacionamento interpessoal será favorecido, havendo também uma melhoria da aprendizagem dos alunos.

"... as relações entre professores e alunos são relações humanas e, como tal, supõem comunicação que, por sua vez, implica cognição e afetividade" (Grillo, apud Franchi, 1995:136).

Isto quer dizer, mais uma vez, que a relação dialógica favorece o processo ensino-aprendizagem, sendo uma tendência emancipatória de educação.

A aula como momento de alegria

É muito comum achar que alegria e aprendizagem são incompatíveis. Mas a verdade é que a relação bem humorada do professor com o aluno torna a aula bem construtiva.

"O professor não pode perder de vista que sua tarefa vai além da transmissão de conteúdos; ela se destina a auxiliar o crescimento dos sujeitos sob sua responsabilidade. Assim, é preciso que o professor mantenha um potencial elevado de alegria, pois seu papel é convencer os alunos de que a escola e a existência, agora, e aquilo que os espera depois, merecem que eles se esforcem em crescer" (Synders, apud Franchi, 1995:137).

Competência pedagógica do professor

A aprendizagem dos alunos também depende do domínio que o professor tem da matéria que leciona.

Além disso, é preciso ter conhecimento pedagógico para poder conduzir a aula de forma interessante e instigadora, para que os alunos, em conjunto com o professor, debrucem-se sobre o conhecimento nesse processo de construção.

A aula como interação do aluno com o conhecimento

O professor deve fazer com que os alunos interajam com algo que ainda não foi explicado, assim envolvendo o seu intelecto num sistema de produção de compreensões. Isto irá favorecer o rompimento com o vínculo de dependência que normalmente a escola desenvolve no aluno, ou seja, aquele que restringe a atuação dos estudantes à imitação ou à repetição de modelos.

Isso quer dizer que esse modelo de aula privilegia a interação do aluno como o conhecimento, como algo que é produzido e não como algo pronto, como verdade absoluta.

"Partindo das compreensões e produções dos alunos, por meio de um diálogo a respeito do conteúdo que se está trabalhando, o professor tem melhores condições de promover um ensino mais efetivo.

Nesse processo dialógico, há a possibilidade de perceber o caminho que o aluno está seguindo para compreender o conteúdo, bem como as dificuldades que apresenta" (Grillo, apud Franchi, 1995:138).

O professor como mediador

É importante que o professor se preocupe em atender cada aluno em suas dificuldades, porém, mais importante ainda é o professor considerar como o aluno está raciocinando, como ele está operando determinado conteúdo, para auxiliá-lo na superação da dificuldade.

"... Partir do ponto em que o aluno está, para levá-lo além, necessita da mediação do professor que atua como o interlocutor mais experiente naquele conhecimento" (Leite, apud Franchi, 1995:139).

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após tudo que foi exposto neste trabalho, podemos refletir e perceber exatamente como a escola, de forma sutil, contribui para o fracasso escolar.

Diante dessa realidade, o que se espera é a superação desse problema com uma "nova concepção de escola". Que esta represente um importante espaço para se empreenderem práticas hegemônicas, atuando no sentido da reapropriação do saber por parte das classes populares, com vistas à sua emancipação e a conseqüente transformação social em direção a uma sociedade mais justa.

A escola deve analisar suas relações com a sociedade, as complexas formas que os grupos subordinados experimentam o fracasso escolar e de que maneiras se pode atuar numa pedagogia crítica, que desvende as controvérsias do currículo oculto.

Essa nova escola deve assentar-se nos princípios da crítica e ação: crítica àquilo que é restritivo e opressor; ação a serviço da liberdade e do bem-estar individual. Deve capacitar o sujeito a *pensar sobre o pensamento*, num processo de *auto-reflexão com ação social*, possibilitando a criação de condições ideológicas e materiais nas quais possam ocorrer relações não-alienantes e não-exploradoras.

A nova escola deve se preocupar em educar para a cidadania, reproduzindo a importância das relações sociais nas quais homens e mulheres são tratados como fins e não como meios.

Nessa nova escola, os conteúdos curriculares não podem ser desvinculados da realidade dos alunos. Os professores devem discutir com os alunos os problemas postos pela realidade, pois são conteúdos reais, dinâmicos e concretos, em que professores e alunos são sujeitos e objetos do processo de apropriação.

O conteúdo didático deve ser desenvolvido de forma crítica, relacionado com o universo de experiências do aluno.

As atividades do aluno devem ser consideradas, não no isolamento de suas relações com os objetos do mundo físico, mas na sua interação com eles, mediadas por signos e símbolos, culturalmente construídos nas interações sociais.

Com relação a avaliação da aprendizagem, esta tem de estar presente em todos os momentos vividos em sala de aula, não de privilegiando um segmento parcial, fragmentado, cristalizado de avaliação, baseado na figura do professor-avaliador.

A nova escola deve possuir um projeto pedagógico que dar-se-á de forma participativa, real e constante, ao contrário do que se assiste no planejamento das escolas, como ação mecânica, burocrática e desvinculada da realidade social.

Enfim, na escola que preconizamos as turmas devem ser heterogêneas visando possibilitar o confronto rico dos vários saberes, das várias experiências e aprendizagens; professores e funcionários submetidos a processo de formação continuada; os alunos "diferentes" não serão tratados como "a-normais"; turnos, calendários, horários, condições físicas e materiais serão planejados tendo em vista sempre possibilidade de manter o aluno na escola, adequando o currículo a ele e evitando o fracasso, a evasão e a repetência.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- **SAVIANI, Demerval. Escola e democracia. Campinas, Cortez, 1995.**
- **CHARLOT, Bernard. A mistificação pedagógica: Realidades sociais e processos ideológicos na teoria. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.**
- **FRANCHI, Égle Pontes (org.). A causa dos professores. Campinas, Papirus, 1995.**
- **LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, Adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente, Cortez, 1998.**
- **FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática pedagógica. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1997.**
- **ABRAMOWICZ, Anete, MOLL, Jaqueline (org.). Para além do fracasso escolar. Campinas, Papirus, 1997.**
- **DEMO, Pedro. Desafios modernos da educação. Petrópolis, Vozes, 1998.**